

CONTRIBUIÇÕES DO PENSAMENTO INDÍGENA PARA A COMUNICAÇÃO: O ARCO COMUNICACIONAL¹

Contributions of indigenous thought to communication: the communication arc

Aportes del pensamiento indígena a la comunicación: el arco comunicacional

Andrielle Cristina Moura Mendes Guilherme²

DOI: 10.31501/esf.v3i34.15925

Resumo: Neste artigo, apresentamos a teoria do arco comunicacional, uma proposta teórica sistematizada por Guilherme (2022) a partir de práticas sociais e culturais do povo Potiguara da Paraíba e do Rio Grande do Norte, e analisamos, em diálogo com Barreto (2013), Smith (2018) e Xakriabá (2018), como a incorporação de conceitos e categorias indígenas na análise de fenômenos comunicacionais pode contribuir para uma maior justiça epistêmica e social.

Palavras-chave: Estudos comunicacionais. Epistemologias. Pensamento indígena. Teoria do arco comunicacional. Justiça epistêmica e social.

Abstract: In this article, we present the theory of the communication arc, a theoretical proposal systematized by Guilherme (2022), based on social and cultural practices of the Potiguara people of Paraíba and of Rio Grande do Norte, and we analyze, in dialogue with Barreto (2013), Smith (2018) and Xakriabá (2018), how the incorporation of Indigenous concepts and categories in the analysis of communication phenomena can contribute to greater epistemic and social justice.

Keywords: Communication studies. Epistemologies. Indigenous thought. Theory of the communicational arc. Epistemic and social justice.

Resumen: En este artículo, presentamos la teoría del arco comunicacional, una propuesta teórica sistematizada por Mendes Guilherme (2022), basada en las prácticas socioculturales del pueblo potiguara de Paraíba y de Rio Grande do Norte. Analizamos, en diálogo con Barreto (2013), Smith (2018) y Xakriabá (2018), cómo la incorporación de conceptos y categorías indígenas en el análisis de los fenómenos comunicacionales puede contribuir a una mayor justicia epistémica y social.

Palabras clave: Estudios de la comunicación. Epistemologías. Pensamiento indígena. Teoría del arco comunicacional. Justicia epistémica y social.

¹ Parte deste artigo é proveniente de uma tese defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

² Doutora; Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil. andriellecmmg@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0002-8977-4357>.



1 Ingressando na universidade

Com a implementação da lei de cotas, em 2012, e a criação de processos seletivos exclusivos para indígenas em algumas universidades brasileiras, o número de estudantes indígenas matriculados em instituições de ensino superior aumentou de 11,4 mil, em 2009, para 70 mil alunos, em 2022 (Brasil, 2023). O percentual de estudantes indígenas na graduação, porém, ainda é incipiente, se considerarmos que mais de oito milhões de estudantes estão matriculados no ensino superior no país (Brasil, 2023).

Embora o percentual de indígenas entre estudantes de instituições de ensino superior seja irrisório até o momento, a sua presença nas universidades tem sido capaz de causar tensionamentos e provocar deslocamentos epistêmicos, uma vez que muitos realizam suas investigações utilizando conceitos e categorias indígenas (Barreto, 2013).

Neste artigo, objetivamos apresentar a teoria do arco comunicacional, uma proposta teórica sistematizada por Mendes Guilherme (2022) a partir de práticas sociais e culturais do povo Potiguara da Paraíba e do Rio Grande do Norte, e discutir como o acionamento de conceitos e categorias indígenas dentro dos estudos comunicacionais pode contribuir para uma maior justiça epistêmica e social.

Segundo Gomes (2013), quando sujeitos oriundos de grupos sociais que foram subalternizados e tratados como o 'outro da razão' entram para a universidade - lócus de produção do conhecimento e espaço privilegiado de produção do saber científico sob a égide da racionalidade ocidental moderna e de expressão da branquitude - eles ajudam a alargar o campo da visão da ciência ao olhar para temas

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena

que sequer eram notados, e propor uma outra racionalidade que não se dissocia da corporeidade, da musicalidade, das narrativas, das vivências e das formas comunitárias de aprender (Gomes, 2013).

Isso porque, quando cientes do peso da cultura, das dimensões simbólicas, da discriminação, do preconceito, da desigualdade racial, de gênero na vida dos sujeitos sociais, esses pesquisadores têm a possibilidade de, através dos seus temas, imagens e linguagens, dar visibilidade a subjetividades, desigualdades, silenciamentos e omissões em relação a determinados grupos sociorraciais e suas vivências (Gomes, 2013).

Castro-Gómez (2005) destaca que, desde suas origens, as ciências sociais estiveram impregnadas por um imaginário colonial eurocêntrico, que legitimou a destruição e espoliação de povos africanos, asiáticos e latino-americanos e a imposição violenta daquilo que os colonizadores entendiam como desenvolvimento e modernidade.

A ciência, conforme Gomes (2013), serviu, no contexto científico do final do século XIX e início do século XX, como um instrumento de dominação, discriminação e racismo, tendo como principal espaço de divulgação dessas ideias e práticas a universidade, onde 'homens da ciência' ajudaram a produzir as pseudoteorias raciais que, naquele momento, atestavam a existência de uma suposta inferioridade e superioridade racial (Gomes, 2013).

João Paulo Lima Barreto [Povo Tukano] chegou a ouvir na universidade que não existia teoria indígena (somente mitologia indígena) e, como resposta, passou a propor que os pesquisadores indígenas pudessem trazer uma epistemologia a partir dos seus próprios conceitos, pois descolonizar,

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena

segundo ele, não significa aprender conceitos de fora para entender os nossos conhecimentos e sim trazer nossos conceitos indígenas para o debate (Barreto, 2013).

Conforme Smith (2018) [Povo Maori / Nova Zelândia], uma das supostas características dos povos primitivos era de que nós não conseguiríamos usar nossas mentes e intelectos. “Não podíamos inventar coisas, não podíamos criar instituições nem história, não podíamos imaginar, não podíamos produzir nada de valor, não sabíamos usar a terra, nem outros recursos do mundo natural, não praticávamos as artes da ‘civilização’” (Smith, 2018, p. 38). E, conseqüentemente, não podíamos produzir conhecimento científico.

Embora até hoje o perfil epistêmico dominante na produção do conhecimento ocidental tenha uma configuração muito particular e específica - homens brancos, heterossexuais de classes privilegiadas de origem europeia - esse perfil está longe de ser universal, observa Cruz (2017).

A entrada dos 'ex-objetos' no mundo da produção da pesquisa acadêmica configurou um novo campo de tensão epistemológica e política ao problematizar as análises até então construídas sobre as relações raciais no Brasil, ao ameaçar territórios historicamente demarcados dentro do campo das ciências sociais e humanas, e trazer elementos novos de análise e novas disputas de poder acadêmico (Gomes, 2013).

De acordo com Peruzzo (2022), a pesquisa situada, desde as regiões onde se realizam, e sobre as suas problemáticas relevantes local e socialmente, é tão importante quanto qualquer outra, e justifica o papel da ciência na compreensão da realidade, servindo como subsídio para a transformação das estruturas opressoras, segundo as necessidades dos povos.

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena

Embora as produções de pesquisadores racializados (como não-brancos) sejam comumente descredibilizadas e colocadas sob suspeita por aqueles que insistem na possibilidade de produção de uma ciência neutra, descolada dos sujeitos que a produzem e desconectada da realidade social e política do país e das demandas colocadas pelos movimentos sociais e diferentes setores da sociedade (Gomes, 2013), intelectuais indígenas como Márcia Kambeba destacam o papel da universidade para os indígenas.

Segundo Kambeba, “nosso povo faz da educação, da leitura e da escrita as suas maiores armas porque, se eu tenho um conhecimento que é milenar, a universidade vai me ajudar a trabalhar isso em prol de uma coletividade” (Aun, 2019, s/p): daí advém a importância de o indígena que entra na universidade compreender que ele tem que dar um retorno para o seu povo. “E a educação chega para nos dar esse apoio”, enfatiza Márcia em entrevista à Aun (Aun, 2019, s/p).

Os intelectuais indígenas, segundo Bergamaschi (2014), se revelam, em geral, na luta pelo reconhecimento, pela autodeterminação, pelo direito à relações simétricas com outras sociedades, pela afirmação de seus valores, seus conhecimentos e seus direitos políticos e sociais; conhecimentos esses que, segundo a autora, podem ser aprendidos em uma possível interculturalidade entre conhecimentos indígenas e não indígenas.

Segundo Smith (2018), cada intelectual indígena que, de fato, tem êxito na academia – e ela se refere a um número relativamente baixo – enfrenta, porém, uma série de problemas ligados às maneiras como deve relacionar-se com o mundo, dentro e fora de suas comunidades, dentro e fora da academia e entre todos esses diferentes mundos. Em face desses problemas, são muitos os intelectuais

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena

indígenas que desistem de seus cursos universitários (Smith, 2018). Outros permanecem. E procuram produzir teoria a partir de sentidos e práticas observados entre seu povo.

2 Observando práticas sociais

A teoria do arco comunicacional foi sistematizada a partir da observação participante em comunidades indígenas Potiguara no Rio Grande do Norte – em especial, a comunidade indígena Catu dos Eleotérios – e na Paraíba, de entrevistas e pesquisa bibliográfica a partir de uma mirada transmetodológica (Maldonado, 2011).

Esta proposta teórica pode ser apontada como um “exercício intelectual e político que envolve as epistemologias indígenas e de outros povos tradicionais” (Correa Xakriabá, 2008, p. 56); povos cujo ato de “cultivar a dimensão teórica é uma arte, um exercício de liberdade e uma prática de sobrevivência” (Maldonado, 2011, p. 297) que se manifesta como um compromisso histórico com o bem viver e com a transformação do mundo em termos de uma cidadania científica renovadora (Maldonado, 2019).

Foi observando a prática do arco e flecha entre os Potiguara, que esbocei, durante o doutoramento, esta proposta. A recorrência da imagem do arco e flecha como representação das produções de autoria indígena, incluindo a literatura, a fotografia e o cinema, me levou a esboçar uma teoria que tomasse como ponto de partida esta prática social capaz de produzir tantos sentidos.

De acordo com a tradição Tupi, o poder de uma palavra na boca é o mesmo poder de uma flecha no arco, isso porque, segundo a cosmovisão Tupi, uma palavra pode proteger ou destruir alguém

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena

(Jecupé, 2020). Jecupé (2020) se refere à Ailton Krenak, importante liderança indígena, como aquele cuja fala sempre foi uma flecha indignada em relação a atitudes arbitrárias, opressoras, gananciosas e imorais de um grupo que tem se perpetuado nas estâncias de poder.

A flecha ora é associada à mensagem, como no caso de Ailton Krenak, ora é associada ao meio. O computador, no início dos anos 2000, se tornou o novo arco e flecha, segundo Nhenety Kariri-Xocó (2007); um instrumento utilizado pelos povos indígenas para lutar pelos seus direitos, registrar sua cultura, história e arte; estudar, aprender e elaborar projetos de interesse da comunidade. Um instrumento que, segundo Nhenety, “facilita o diálogo e os intercâmbios” (Kariri-Xocó, 2007, p. 5). De acordo com o autor, nós, índios [sic]:

Estamos usando o computador como ferramenta de buscar soluções. O computador nos serve para escrever projetos ou cartas, que nos auxiliam para encontrar melhorias na saúde, educação, sustentabilidade e tudo que se refere à nossa sobrevivência e desenvolvimento, servindo como um arco e flecha (Kariri-Xocó, 2007, p. 7).

Nhenety Kariri-Xocó (2007) comparava, há quase 20 anos, o encaminhamento de um projeto pela Internet a uma caçada tradicional. Assim como um bom caçador aprende a imitar os animais para atrai-los, o ‘caçador eletrônico’, afirma Nhenety, sabe imitar, sabe ajustar “os projetos aos perfis daqueles que a gente quer atrair, sejam eles financiadores ou parceiros...” (Kariri-Xocó, 2007, p. 7).

A caçada digital, explica Nhenety (2007), é feita nas cidades, onde estão os lugares de caça: as instituições, os ministérios, as empresas, ONGs, agências. “Esses campos de caças são fontes de recursos, direito, saúde, educação” (Kariri-Xocó, 2007, p. 13), capturados para atender as

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena

necessidades e os objetivos comunitários. “Se antes caçávamos com arco e flecha, hoje temos também um arco digital” acrescenta Alex Pankararu (2007, p. 33).

O computador conectado, observa Nhenety (2007), vai longe e pode atravessar o oceano em segundos; “com um ‘clique’, uma espécie de flecha (digital) atinge o outro lado do planeta” (Kariri-Xocó, 2007, p. 9), mas é preciso articulação e planejamento, “pois um arco e flecha pendurado na parede é decorativo, não caça nem defende” (Kariri-Xocó, 2007, p. 7).

De acordo com Kaká Werá Jecupé (2020) e Nhenety Kariri-Xocó (2007), ‘uma flecha digital’ pode ser utilizada para atingir objetivos diferentes, seja para captar recursos seja para expressar indignação. Isso ocorre, porque o efeito muda, conforme a finalidade de quem maneja o arco, já que está associado ao objetivo que se pretende atingir (Guilherme, 2022).

Como “cada arco possui sua trajetória de vida e história forjada por diferentes propósitos” (Sá, 2018, p. 69), tanto o alvo quanto o meio utilizado para atingi-lo estão diretamente relacionados. Por isso, a escolha do meio dependerá da finalidade, pois “cada tipo de arco tem sua funcionalidade associada aos objetivos do arqueiro, aos tipos de alvos” (Sá, 2018, p. 26).

Tal qual os arcos que diferem nas “formas, tensões, proporções, tamanhos, tipos de materiais, pesos, comprimentos, relação corpo/comprimento” (Sá, 2018, p. 82), as mídias também diferem no formato e no alcance (Guilherme, 2022). Independentemente do formato, todos os arcos são meios de conservar o movimento e transferir a energia.

A conservação do movimento e a transferência de energia entre os corpos pode ser considerada um tipo de relação, onde um elemento - o arco - anima outro elemento - a flecha. O meio, o arco, não é

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena

capaz de atingir por si só o objetivo. Necessita da flecha, da mensagem para alcançar o alvo. A comunicação seria, portanto, a troca de energia entre arco e flecha / meio e mensagem, onde aquele que dispara pode ou não atingir determinado alvo (Guilherme, 2022).

Nhenety Kariri-Xocó (2007) explica que “a eficiência, o sucesso e o êxito da flecha em atingir o alvo vão depender de quem a construir e de como é lançada...” (Kariri-Xocó, 2007, p. 9). De modo similar, é possível afirmar que a eficiência, o sucesso e o êxito de uma determinada mensagem em atingir o alvo vão depender também de como a mensagem é lançada.

Para Sá (2018), que analisou a prática do arco e flecha entre os Potiguara e entre os praticantes de Kuydo³, o arco simboliza uma ponte que liga uma cultura a outra e as flechas, quando lançadas, “traçam trajetórias que se tornam realidade dentro daquilo que lhes é dado como possibilidade de atingir” (Sá, 2018, p. 237).

Simas e Rufino (2019) também se apropriam da simbologia ao afirmar que com a flecha atirada de nossas bocas firmamos que possibilidades serpenteiam na vida comum e muitas vezes não são credibilizadas, porque nossos olhos estão condicionados.

As flechas como instrumento de guerra são armas silenciosas de alta efetividade (Guilherme, 2022). Talvez por isso tenham sido escolhidas como símbolo de produções comunicacionais de autoria indígena, comparadas a uma arma de defesa e contra-ataque dos seres submetidos ao estado de violência (Simas & Rufino, 2019).

³ Arquearia tradicional japonesa.

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena

A metáfora da mensagem como flecha é o núcleo daquilo que chamo de teoria do arco comunicacional, onde o arco está relacionado à distância a ser percorrida, a flecha é a mensagem, o alvo é o público e a comunicação é a relação entre o arqueiro, o arco, a flecha e o alvo (Guilherme, 2022).

3 Sistematizando teorias

A teoria do arco comunicacional parte da imagem do arco e flecha como um princípio explicativo do fenômeno comunicacional, baseado numa prática milenar do povo Potiguara, onde a flecha se torna uma ponte entre o antes e o agora; entre o durante e o depois (Guilherme, 2022).

Assim como os arcos, as mídias também variam de tipo, formato, finalidade, alcance, sendo as mídias um dispositivo a partir do qual se disparam diferentes mensagens (flechas) de acordo com o objetivo (alvo) pretendido, considerando que "de acordo com o tamanho do arco, há variação dos tamanhos das flechas e nas distâncias alcançadas por elas" (Costa, 2015).

Há mensagens que circulam melhor no Instagram; há mensagens que circulam melhor no Youtube; há mensagens que circulam melhor em livros. A escolha do meio tem a ver com o alvo, que se deseja alcançar: o objetivo e o público (Guilherme, 2022). A melhor flecha para alcançar o público infantil, por exemplo, não costuma ser a melhor flecha para atingir o público adulto, pois um público pode ser mais suscetível a mensagens disparadas no Youtube enquanto outro pode ser mais suscetível a mensagens disparadas no Instagram (Guilherme, 2022).

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena

O alcance da mensagem vai depender da mídia que escolher, assim como o alcance da flecha dependerá sempre do tipo do arco; do meio utilizado, já que “para cada alvo tem um tipo de flecha” (Kariri-Xocó, 2007, p. 9). A aderência da flecha ao arco - da mensagem ao meio - também influencia na trajetória. Do ponto de vista comunicacional, o arco é visto como uma ponte e a comunicação como um percurso, uma trajetória (Figura 1).

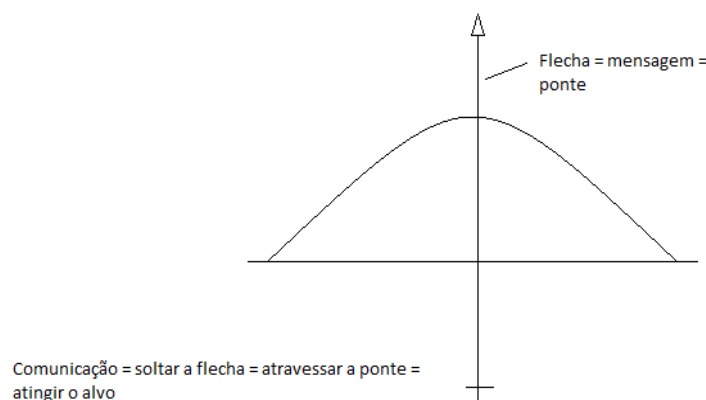


Figura 1 – Esquema do arco e flecha (Guilherme, 2022)

A comunicação é vista aqui como um grande arco narrativo, do qual se disparam diferentes mensagens (flechas) de acordo com o objetivo (alvo) pretendido. É preciso retirar os nós da linha – os obstáculos do percurso -, como recomenda Rosália Maxacali no filme *A flecha e a bolsa*, pois o elo se desfaz com os nós, os obstáculos no percurso; os ruídos na comunicação (Maxacali, 2015). O nó está para o arco de madeira assim como o ruído está para o arco da comunicação. Ambos atrapalham a "propagação de energia pelas ondas sonoras" (Sá, 2018, p. 137).

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena

Definido como uma máquina ou aparelho transmissor de movimento, o arco (e flecha) é evocado pelos comunicadores indígenas como um símbolo da conservação e transferência da energia do movimento indígena no Brasil.

Utilizando o arco e flecha como princípio explicativo, temos que, ao disparar as suas flechas, os comunicadores indígenas agem enquanto transmissores de um movimento, que memoriza em ato as lutas (dos povos indígenas) por seus territórios, como afirma Sá (2018).

A imagem do arco e flecha nos oferece pistas para compreender a comunicação como um elemento dinamizador das relações capaz de conservar o movimento (neste caso, o movimento indígena) a partir da transmissão de energia entre os corpos em interação (Guilherme, 2022).

É pela escrita, por exemplo, que chega até nós parte da energia transmitida pelos discursos de Moura Tukano, pelas denúncias de Marçal Tupã, pelas histórias da humanidade de Ely Macuxi, todos já falecidos. Suas palavras são como flechas, que atiradas no passado, continuam atravessando o presente, provocando ranhuras que nos permitem vislumbrar, através das frestas, outras possibilidades de futuro. A flecha, nesse caso, supera o arqueiro e, anos após ter sido lançada, ainda atinge novos alvos (Guilherme, 2022).

Dentro dessa chave de compreensão, a literatura indígena difundida através das mídias digitais sociais, por exemplo, pode ser lida, portanto, como flecha que atravessa o tempo e nos lança na condição de possibilidade⁴ (Simas & Rufino, 2019).

⁴ Frase reescrita a partir da percepção de Rufino e Simas (2019) de que a sabedoria de Orunmilá é como flecha que atravessa o tempo e nos lança na condição de possibilidade.

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena

O arco comunicacional é, neste sentido, um meio pelo qual os povos originários e tradicionais transferem energia entre os corpos e, assim, conservam o movimento (Guilherme, 2022). Segundo Sá (2018), os princípios físicos ou funcionais do arco e flecha se conservam baseados no princípio newtoniano de conservação de movimentos e transmissão de energia entre corpos. Essa energia pode ser entendida aqui tanto em sua dimensão material como na sua dimensão simbólica.

Conta-se que, quando os líderes da fracassada Revolta dos Malês (Bahia, 1835) achavam-se na prisão à espera da morte, era frequente as pessoas da comunidade negra irem visitá-los em busca daquilo que os mulçumanos chamam de *baraka*, isto é, força de vida, poder de transformação e realização (Sodré, 2019, p. 85).

A respeito da transmissão dessa energia, dessa força capaz de propagar movimentos, Aline Rochedo escreve: “às vezes, num encontro, a sua energia é transmitida para a pessoa que você conhece” (Rochedo em informação verbal)⁵.

A fala de Aline Rochedo (2021) e Sodré (2019) conflui com a de Sá (2018), quando ela diz que “cada movimento de um arqueiro transfere ao subsequente uma série de informações, que sinaliza o que e quando fazer, gerando um efeito de onda” (Sá, 2018, p. 188). Na história narrada por Sodré, esse efeito de onda seria provocado pela transferência de *baraka* – força de vida, poder de transformação e realização.

Todas as sociedades humanas, segundo Sodré (2019), privilegiam essa noção, e em torno dela, produzem articulações especiais: os indígenas Dakota chamavam-na de *Wakanda*; os iroqueses, de

⁵ Concedida em entrevista ao autor em 10 ago de 2021.

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena

Oki; os algoquins, de *manitu*; os melanésios, de *mana*; os nagôs, de *axé*, e assim por diante, conforme o autor. Os romanos, por sua vez, chamavam-na de *vis*:

No antigo indo-europeu, *vi* era o termo usado para designar a fibra com que o arqueiro vergava a madeira para atirar a flecha. O arco, fonte de ação e movimento, constitui-se na tensão entre a madeira e a fibra, o resistente e o flexível. Vem dessa luta de contrários a palavra *vis* (força, violência, compulsão), assim como *vir* (homem, varão), aquele capaz de se apropriar do poder realizante da força (Sodré, 2019, p. 85).

Para Sodré (2019), essa força sempre implicou um processo configurativo, capaz de determinar conteúdos, de gerar fatos, seja no nível material, mental ou simbólico e sempre foi, em consequência, “objeto de desejo ou busca para o grupo humano. Mas sempre foi também objeto de barreiras, pois o grupo contém ou repele, de acordo com sua forma de relacionamento com o real, a livre movimentação das forças” (Sodré, 2019, p. 86).

Retomar o pensamento dos povos originários do Brasil, segundo Carlos Araújo [Povo Potiguara Ibirapi], nos move a ver a vida, a nós mesmos, aos outros e ao conjunto das coisas como um corpo único: “um corpo que convive num fluxo imprevisível, em que cada ser tem sua participação e sua responsabilidade de manter seu papel energeticamente” (Araújo, 2022).

Antes de a flecha ser lançada, há uma troca de energia entre artesão, arco, arqueiro e alvo, onde já não é possível dizer quem anima quem: se o artesão anima o arco ou se é o arqueiro que anima o artesão; se o arco anima o arqueiro ou se é o arqueiro que anima o alvo. Tornam-se, momentaneamente, como descreve Araújo (2022), um corpo único que convive num fluxo imprevisível (Figura 2).

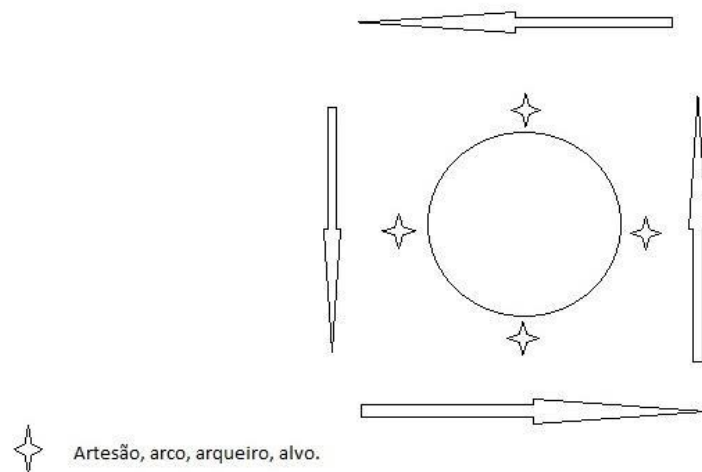


Figura 2 – Esquema do circuito artesão, arco, arqueiro e alvo (Guilherme, 2022)

Artesão, arqueiro, arco e alvo estão de tal forma imbricados que já não é possível dizer onde a relação começa nem onde termina – ou o que ou quem existe em função do que e de quem (Guilherme, 2022). As pontas de flecha, enfatiza Sá (2019), também podem variar em suas formas, conforme a finalidade e os tipos de alvos. Ou seja, a mensagem pode variar, conforme o objetivo e o público que se deseja alcançar. É por isso que um meio não costuma extinguir, suplantando o outro, mas coexistir, pois sempre haverá mensagens que aderem melhor a um meio do que outro, como flechas que se acoplam às cavas (Guilherme, 2022).

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena

Neste sentido, os comunicadores indígenas são associados à ponta da flecha, e o movimento indígena ao corpo da flecha. São os comunicadores indígenas que tocam primeiro o alvo, o público (Guilherme, 2022). É a partir de uma escrita que é, ao mesmo tempo, individual e coletiva que se dá a conhecer um povo.

Um corpo de flecha sem uma ponta tem mais dificuldade de penetrar o alvo, já que "a ponta é a parte da flecha, que deve a princípio perfurar ou acertar em primeiro lugar o alvo" (Sá, 2018, p. 94). A função dela é tocar o alvo antes (Guilherme, 2022).

Assim como ponta e corpo estão implicados, há, de modo geral, um vínculo entre o indivíduo e a coletividade, entre o comunicador e o seu povo. Em grupos sociais como os povos indígenas, afirma Nhenety Kariri-Xocó (2007), cada pessoa faz parte do corpo coletivo, vivo e dinâmico: "Se algum membro do grupo não executar sua tarefa, todo o corpo sentirá o efeito" (Kariri-Xocó, 2007, p. 13). Ou seja, se um comunicador indígena não for eficaz em atingir o alvo, em propagar o movimento por meio de sua mensagem, todo o corpo sentirá o efeito.

Logo, se os comunicadores indígenas não realizam a sua função - se a ponta da flecha não alcança o alvo - todo o corpo arca com as consequências, já que "em sua sociedade indígena cada pessoa da comunidade tem uma função" (Kariri-Xocó, 2007, p. 34).

O arco e flecha dos comunicadores indígenas, nesse ponto, se aproxima do arco e flecha dos personagens do jogo *Dáwolé Yorubá*, que "permitirão ao jogador ativar elementos do cenário, que não poderiam ser alcançados de outra forma e criar cordas que criam passagens por abismos antes intransponíveis" (Franco, 2015, p. 55).

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena

Na realidade dos comunicadores indígenas, também “há desafios, que devem ser superados com itens específicos como (...) o arco e flecha para criar uma ponte” (Franco, 2015, p. 55) entre diferentes culturas, estabelecendo, assim, um diálogo interétnico e uma troca intercultural (Graúna, 2013).

Em um Brasil encantado em permanente luta contra o Brasil que é só desencanto (Simas & Rufino, 2019), é como se os comunicadores indígenas pudessem ativar elementos, que não poderiam ser alcançados de outra forma – a não ser por meio do arco comunicacional -, criando, assim, passagens por abismos antes intransponíveis (Guilherme, 2022).

A flecha lançada, afirmam Simas e Rufino (2019), grita que urge o enfrentamento no campo das representatividades formais e na disputa política imediata. Mas isso não se opõe ao esforço de encantamento cotidiano do mundo pela mirada das alterações das gramáticas de percepção da vida, encantando a palavra, os corpos e as existências na precariedade das frestas (Simas & Rufino, 2019), como procuram fazer os comunicadores indígenas.

4 Considerações

Apesar das políticas de ações afirmativas implementadas nos últimos anos no ensino superior, o percentual de estudantes indígenas nas universidades ainda é incipiente. Ainda assim, o ingresso de estudantes indígenas tem sido capaz de produzir tensionamentos e deslocamentos epistêmicos ao propor pesquisas que utilizam conceitos e categorias provenientes de práticas sociais e culturais observados em suas comunidades.

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena

Conceitos que têm como fundamento a circularidade dos saberes conservados e transmitidos por mestres e mestras do saber, cujos sentidos e práticas contribuem para assentar outras bases de conhecimento dentro das instituições de ensino (Guilherme, 2022) a partir de uma matriz formadora principiada no território, que contribui para uma educação territorializada, que apresenta como ponto de partida e de chegada a potência da epistemologia nativa (Correa Xakriabá, 2018).

Reconhecer a participação indígena no fazer epistemológico é uma forma de contribuir para o processo de descolonização de mentes e corpos, desconstruindo esse pensamento equivocado de que os indígenas não têm capacidade de ocupar os espaços de produção de conhecimento, como ocorre no ambiente acadêmico (Correa Xakriabá, 2018).

Esta interlocução traz consigo uma tarefa desafiadora, que é contribuir para o processo de descolonização dos conhecimentos também no meio acadêmico a partir da compreensão de que o nosso conhecimento – o conhecimento dos povos indígenas - não pode ser reduzido como um saber menor ou ser tratado como retórica, (pois) somos povos que produzimos nossas próprias epistemologias nativas (Correa Xakriabá, 2018).

Até hoje, em muitas pesquisas sobre comunicação e etnomídia, o indígena só aparece no papel de comunicador, produtor ou realizador. Não há, em muitos casos, o acionamento de teorias, metodologias, conceitos e abordagens sistematizadas por pesquisadores e mestres de saberes indígenas mesmo quando o objeto de estudo é a própria comunicação indígena.

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena

Perceber que há outras abordagens que podem ser acionadas dentro dos estudos comunicacionais – como a teoria do arco comunicacional – pode, neste sentido, ajudar a ampliar os horizontes de pesquisa e contribuir para uma maior justiça epistêmica e social.

Referências

- Araújo, C. E. de. (2022). *Xamanismo hoje: diálogos com uma sabedoria arcaica*. UK'A Editorial.
- Aun, H. (2017, 18 de abril). A poeta indígena que luta pelos direitos da mulher nas aldeias. *Catraca Livre*.
<https://catracalivre.com.br/cidadania/poeta-indigena-que-luta-pelos-direitos-da-mulher-nas-aldeias/>
- Barreto, J. P. L. (2013). *Wai-Mahsã: Peixes e humanos: Um ensaio de antropologia indígena* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Amazonas]. Acervo Digital da UFAM.
<https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/4629/2/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Jo%C3%A3o%20Paulo%20Lima%20Barreto.pdf>
- Bergamaschi, M. A. (2014). Intelectuais indígenas, interculturalidade e educação. *Revista Tellus*, (26), 11–29. <https://tellusucdb.emnuvens.com.br/tellus/article/view/297>
- Brasil, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2023). *Censo de educação superior*. Inep.
<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior>
- Castro-Gómez, S. (2005). Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In E. Lander (Org.), *A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais: Perspectivas latino-americanas* (pp. 169–186). CLACSO.
- Correa Xacriabá, C. N. (2018). *O barro, o genipapo e o giz no fazer epistemológico de autoria Xakriabá: Reativação da memória por uma educação territorializada* [Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília]. Acervo Digital da UnB. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/34103>
- Costa, A. L. M. C. (2015). *Armas brancas: Lanças, espadas, maçãs e flechas, como lutar sem pólvora da Pré-História ao Século XXI*. Draco.
- Cruz, V. do C. (2017). Geografia e pensamento descolonial: Notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico. In V. do C. Cruz & D. A. Oliveira (Orgs.), *Geografia e giro descolonial: Experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico*. Letra Capital.

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena

- Franco, L. A. (2015). *Dáwólé Yorubá* [Trabalho de conclusão de curso em Design, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho]. Acervo Digital da Unesp. <http://hdl.handle.net/11449/155084>
- Gomes, N. L. (2013). Intelectuais negros e produção de conhecimento: Algumas reflexões sobre a realidade brasileira. In B. de S. Santos & M. P. Meneses (Orgs.), *Epistemologias do Sul*. Cortez.
- Graúna, G. (2013). *Contrapontos da literatura indígena contemporânea no Brasil*. Mazza Edições.
- Guilherme, A. C. M. M. (2022). Comunicadoras indígenas e a de(s)colonização das imagens. (Tese de Doutorado, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte). 289f.
- Jecupé, K. W. (2020). *A terra dos mil povos: História indígena do Brasil contada por um índio* (2ª ed.). Peirópolis.
- Kariri-Xocó, N. (2007). O computador é o novo arco e flecha. In N. Kariri-Xocó, D. C. Gramacho & S. Gerlic (Orgs.), *Arco digital: Uma rede para aprender a pescar* (pp. 6–8). Ideário. <https://acervo-tmp.socioambiental.org/acervo/livros/arco-digital-uma-rede-para-aprender-pescar>
- Kariri-Xocó, N. (s.d.-a). A flecha digital. In N. Kariri-Xocó, D. C. Gramacho & S. Gerlic (Orgs.), *Arco digital: Uma rede para aprender a pescar* (pp. 8–10). Ideário. <https://acervo-tmp.socioambiental.org/acervo/livros/arco-digital-uma-rede-para-aprender-pescar>
- Kariri-Xocó, N. (s.d.-b). A caçada tradicional. In N. Kariri-Xocó, D. C. Gramacho & S. Gerlic (Orgs.), *Arco digital: Uma rede para aprender a pescar* (pp. 10–12). Ideário. <https://acervo-tmp.socioambiental.org/acervo/livros/arco-digital-uma-rede-para-aprender-pescar>
- Maldonado, A. E. (2011). Pesquisa em comunicação: Trilhas históricas, contextualização, pesquisa empírica e pesquisa teórica. In A. E. Maldonado (Org.), *Metodologias de pesquisa em comunicação: Olhares, trilhas e processos* (2ª ed., pp. 277–303). Sulina.
- Maldonado, A. E. (2019). El pensamiento transmetodológico en ciencias de la comunicación: Saberes múltiples, fuentes críticas y configuraciones transformadoras. *Chasqui: Revista Latinoamericana de Comunicación*, (141), 193–214. <https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/handle/10469/18272>
- Maxacali, R. (2015). *A flecha e a bolsa* [Vídeo, 38 min. 30 seg.]. Rede CineFlecha. <https://www.youtube.com/watch?v=QneTB24PE-Y>

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena

- Pankararu, A. (s.d.). Indígenas sim, incapazes nunca. In N. Kariri-Xocó, D. C. Gramacho & S. Gerlic (Orgs.), *Arco digital: Uma rede para aprender a pescar* (pp. 30–34). Ideário.
<https://acervo-tmp.socioambiental.org/acervo/livros/arco-digital-uma-rede-para-aprender-pescar>
- Peruzzo, C. M. K. (2022). Prefácio. In L. Milhomens (Org.), *Comunicação, questão indígena e movimentos sociais: Reflexões necessárias*. Alexa Cultural; EDUA.
- Rochedo, A. (2021, 10 de agosto). Entrevista concedida ao autor.
- Sá, M. N. B. de. (2018). *O arco e flecha como construtores do mundo: A prática tradicional do Kyudo e do Potiguara na Paraíba* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Paraíba]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações.
https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPB_7b28df8e2677edb05c64c4c7c6e988fd/Details
- Simas, L. A., & Rufino, L. (2019). *Flecha no tempo*. Mórula Editorial.
- Sodré, M. (2012). *Reinventando a educação: Diversidade, descolonização e redes*. Vozes.
- Smith, L. T. (2018). *Descolonizando metodologias: Pesquisa e povos indígenas*. Editora UFPR.